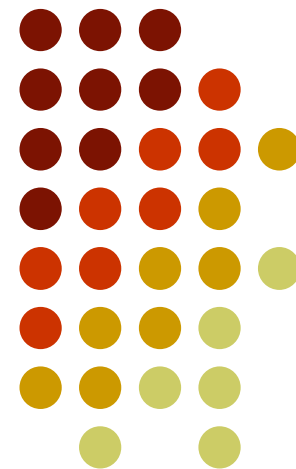


A participação política e social das organizações da economia social

Sílvia Ferreira
Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra
smdf@fe.uc.pt





Introdução

- O reconhecimento da economia social
- Conceitos e medidas da economia social
- Uma abordagem teórica da hibridez do terceiro sector e da economia social
- A ironia do terceiro sector e da economia social: o caso da qualidade nos serviços sociais

XPRESSO TV

Crise anima economia social

A atual crise impulsiona a economia social, ajudando ou substituindo o Estado na implementação de políticas sociais. O sector já representa 700 mil empregos e equivale a 5% do PIB.

EXCLUSÃO

Rede quer programa de combate à pobreza

por CÉU NEVES 07 Outubro 2010

Uma outra proposta é a de que a economia deve ser "solidária". "O aprofundamento da economia social poderá estar na origem de um novo modelo social onde se encontre um melhor equilíbrio entre as diferentes formas de organização das sociedades". Isso significa, por exemplo, "uma distribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza", "um novo espírito empresarial com um significado mais polivalente" e "uma maior aposta nas redes sociais e no trabalho de proximidade". E, quanto às políticas, estas devem ser "coordenadas e articuladas", propondo-se uma "legislação à prova de pobreza". E, em vez de um Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que este ano se comemora, querem dez anos de combate à pobreza.

Pedro Passos Coelho, no final de uma conferência sobre economia social, lembrou também que o PSD vai apresentar uma lei de bases do sector. Para salvar o Estado social, o líder social-democrata diz que é preciso contar com todos: Estado, privados e instituições de solidariedade social.

Na moção "PS Porto Positivo", o actual líder assume desafios como a aposta na economia social, turismo, política florestal, num "cluster da economia do mar" e no emprego. E deseja que o PS/Porto sirva "de plataforma para reivindicação e criação de um plano regional de emprego do distrito, desdobrado nas especificidades sub-regionais da Área Metropolitana e do Vale do Sousa e Baixo Tâmega".

» Inquérito

Até que ponto a crise económica e social vai afectar as IPSS?



É o encerramento de muitas: 33%
Vai afectar algumas: 37%
Não vai afectar: 5%
Vai ser positivo: 3%
A crise é uma oportunidade : 22%

IPSS asseguram muitos postos de trabalho

Com as dificuldades que o concelho atravessa em matéria de emprego, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) desempenham, na opinião do edil, um papel duplamente importante medida em que vieram substituir muitos dos postos de trabalho até aqui concentrados no sector confecções. De acordo com os números do presidente da Câmara, as IPSS do concelho empregam nesta altura 475 pessoas, um número que irá aumentar seguramente com a construção de equipamento e de um outro que aproveitou para anunciar, que se trata de uma unidade de cuidados continuados, a ser construída pela Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, prevendo-se que possa vir a criar 60 novos postos de trabalho.

Também o presidente do Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, Mário Ruivo, que esteve nesta cerimónia em substituição da secretária de Estado Idália Moniz, realçou a importância desta "economia social", como forma de desenvolver a restante economia local, uma vez que é geradora de emprego. Relativamente ao investimento, Mário Ruivo congratulou-se com a aprovação de mais um equipamento.

Análise Especiais

Mercados África

Economia social é solução contra a pobreza e ineficácia do Estado, dizem especialistas

ECONOMIA

20/09/10, 16:55

OJE/Lusa

A sociedade vive uma crise de valores que gera pobreza e um Estado ineficiente, uma realidade que só mudará quando partidos e organizações puserem a ênfase na ética e na economia social, foi hoje defendido num seminário sobre economia social.

A (re)emergência da economia social e do terceiro sector



- 1ª fase
 - Sec. XIX-XX, economia social como resposta a crises. Alternativa ou atenuação dos efeitos do capitalismo liberal.
 - Estado assume o papel de expressão do interesse geral e nomeia o terceiro sector como coadjuvante – isomorfismo com o Estado
 - Lógica concorrencial aproxima as organizações das praticas das empresas – isomorfismo com o mercado
- Reemergência
 - Anos 60-70, critica e crise do Estado-Providencia, reemergencia da economia social
 - Novos movimentos sociais (inovações sociais)
 - Crítica ao Estado-Providência (rigidez, burocracia, dependência)
 - Anos 80-90, crise do emprego, papel da economia social no emprego (Lipietz, Rifkin)
 - Anos 80-2000, estruturação do terceiro sector (DiMaggio e Powell): federações e redes de organizações, estudos e estudiosos, políticas para o sector
 - Anos 90-2000, democratização, democracia participativa, sociedade civil; economia solidária como alternativa ao modo de produção capitalista
 - Anos 2000-, empreendedorismo e inovação social, hibridização e diluição de fronteiras entre sectores

O reconhecimento da economia social



- Na União Europeia
 - Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de Fevereiro de 2009, sobre a economia social (2008/2250(INI))
 - Apelo à Comissão, quer às outras instituições da UE e aos Estados-Membros para o reconhecimento da economia social nas suas especificidades.
 - Coincidência entre características e objectivos da economia social e a Estratégia de Lisboa
 - espírito empresarial, funcionamento democrático do mundo empresarial, responsabilidade social, integração social activa, empregos e empregabilidade, emprego feminino, redes de solidariedade, desenvolvimento e sustentabilidade locais, coesão social, governação local, serviços de assistência e proximidade, participação, co-responsabilização na produção de serviços.
- Em Portugal
 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES)
 - CASES ([ANIMAR](#), [CNIS](#), [CONFAGRI](#), [CONFECOOP](#), [União das Misericórdias](#) e União das Mutualidades)
 - Conselho Nacional para a Economia Social
 - Cursos e organizações promotoras da economia social e do empreendedorismo social



Economia social - definição

- Definição: organizações de pessoas que desenvolvem uma actividade com o objectivo principal de satisfazer as necessidades de pessoas e não de remunerar investidores capitalistas.
- 2 subsectores da economia social
 - Sector mercantil (cooperativas, empresas sociais)
 - Sector não mercantil, ou não lucrativo
- Características
 - Prioridade ao individuo e ao objectivo social sobre o capital
 - Adesão aberta e voluntária
 - Controlo democrático pelos membros
 - Combinação de interesses dos membros/utilizadores com/e o interesse geral
 - Defesa e aplicação do princípio da solidariedade e responsabilidade
 - Gestão autónoma e independente em relação às autoridades públicas
 - A maior parte dos excedentes é usada na prossecução de objectivos de desenvolvimento sustentável
 - Serviços de interesse aos membros ou de interesse geral

Charter of Principles of the Social Economy promoted by the European Standing Conference on Co-operatives, Mutual Societies, Associations and Foundations (CEP-CMAF). *Déclaration finale commune des organisations européennes de l'Économie Sociale*, CEP-CMAF, 20 juin 2002.



Características das OES

- São privadas – não são controladas total ou parcialmente pelo sector público
- São organizadas formalmente – têm geralmente identidade legal
- Têm autonomia de decisão – têm capacidade total de eleger e demitir os seus corpos dirigentes e de controlar e organizar as suas actividades
- Têm liberdade de adesão – não é obrigatório aderir
- A distribuição de quaisquer lucros ou excedentes entre os seus membros não deve ser proporcional ao capital investido mas às suas actividades ou transações com a organização
- Desenvolvem uma actividade económica para satisfazer as necessidades de pessoas e famílias - Trabalham com capital e outros recursos monetário mas não para o capital
- São democráticas –
 - Na sua maioria aplica-se o princípio de ‘uma pessoa, um voto’ nos seus processos de decisão independentemente do capital dos seus membros
 - Os membros têm maioria ou controle exclusivo do poder de decisão na organização

Medidas da economia social em Portugal



- Um peso médio, contado em termos de % do emprego na economia social no total do emprego
- Dominante o peso das organizações no sector dos serviços sociais, saúde, desenvolvimento e habitação no sector não lucrativo (exclui cooperativas)
- Um peso reduzido do financiamento governamental
- Um peso elevado das vendas/pagamentos dos utilizadores
- Um peso significativamente baixo do financiamento governamental no sector dos serviços sociais
- Um peso elevado de profissionais e baixo papel do voluntariado

A economia social em Portugal



Tipo		Entidades	Trabalhadores
Cooperativas	Agrícolas	897	13300
	Bancos coop	128	4200
	Coop. Prod.	582	6200
	Coop. Consum.	192	2460
	Coop. Seguros	1	50
	Out	1384	24790
		3184	51000
Associações, mutualidades, fundações		35724	159950 (ETI) 20000 (volunt.)

**Paid employment in Social Economy compared to total Paid employment.
European Union (2002-2003)**



<i>Country</i>	<i>Employment in Social Economy</i>	<i>Total Employment*</i>	<i>%</i>
Belgium	279.611	4.048.499	6,9
France	1.985.150	23.859.402	8,3
Ireland	155.306	1.730.381	9,0
Italy	1.336.413	21.477.906	6,2
Portugal	210.950	4.783.988	4,4
Spain	872.214	16.155.305	5,4
Sweden	205.697	4.252.211	4,8
Austria	260.145	3.786.969	6,9
Denmark	160.764	2.684.311	6,0
Finland	175.397	2.354.265	7,5
Germany	2.031.837	35.850.878	5,7
Greece	69.834	3.832.994	1,8
Luxembourg	7.248	187.809	3,9
Netherlands	772.110	8.089.071	9,5
United Kingdom	1.711.276	27.960.649	6,1
Cyprus	4.491	307.305	1,5
Czech Republic	165.221	4.707.477	3,5
Estonia	23.250	565.567	4,1
Hungary	75.669	3.831.391	2,0
Latvia	300	1.378.900	0,0
Lithuania	7.700	960.304	0,8
Malta	238	146.500	0,2
Poland	529.179	13.470.375	3,9
Slovakia	98.212	2.118.029	4,6
Slovenia	4.671	888.949	0,5
TOTAL	11.142.883	189.429.435	5,9
<i>Europe-15</i>	<i>10.233.952</i>	<i>161.054.638</i>	<i>6,4</i>
<i>New members-10</i>	<i>908.931</i>	<i>28.374.797</i>	<i>3,2</i>

* Working population aged between 16 and 65 years, Eurostat, 2002.

ÁVILA, Rafael Chaves;
José Luis Monzón Campos
— *La economía social en
la Unión Europea*,
Bruxelas/Comité
Económico y Social
Europeo, 2008.



Regimes de terceiro sector

- **Europa continental:** Peso na provisão de serviços sociais e importância do financiamento público. Na França e o RU actividades expressivas, fundos provenientes de filantropia e voluntariado adquirem relativa importância;
- **Europa do Sul e países do modelo liberal:** Peso elevado nas actividades sociais. O financiamento através de quotizações e vendas aproxima-se ou ultrapassa os 50%. Na Europa do Sul sector mais reduzido. O voluntariado com peso menos significativo.
- **Países escandinavos:** Peso elevado nas actividades expressivas, recursos provêm mais de vendas (quotizações, participações dos utilizadores e vendas) e peso do trabalho voluntário é muito elevado;

Pais	Serv. Soc., Saude, Habitacao, Desenvolv.	Activ. Expressivas	Fin Gov	Fin Filant.	Vendas	% FT na pop. activa.	Voluntarios % FT
Franca	55.9	36.9	57.8	7.5	34.6	7.6	48.7
RU	61.9	31.7	46.7	8.8	44.6	8.5	42.4
Alemanha	61.0	25.8	64.3	3.4	32.3	5.9	39.0
Holanda	74.6	22.1	59.0	2.4	38.6	14.4	35.4
Bélgica	85.6	12.1	76.8	4.7	18.6	10.9	21.1
Irlanda	85.0	11.9	77.2	7.0	15.8	10.4	20.2
EUA	78.8	14.9	30.5	12.9	56.6	9.8	35.7
Espanha	71.1	24.1	32.1	18.8	49.0	4.3	34.9
Australia	66.8	27.0	31.2	6.3	62.5	6.3	30.2
Italia	62.5	28.1	36.6	2.8	60.6	3.8	39.5
Portugal	59.0	18.0	40.0	12.0	48.0	4.0	29.0
Finlândia	42.6	50.1	36.2	5.9	57.9	5.3	52.8
Noruega	35.5	48.1	35	6.9	58.1	7.2	61.1
Suécia	22.6	57.8	27.8	9.1	62.3	7.1	71.8

Ferreira, S. (2006) "The South European and the Nordic welfare and third sector regimes – how far were we from each other?", in Matthies, A.-L. (org.) (2006) *Nordic civic society organisations and the future of welfare services. A model for Europe?* Copenhagen: Nordic Council of Ministers, pp. 301-326.

Financiamento do terceiro sector (% de receitas do terceiro sector provenientes do sector público)



	Saúde	Serviços sociais	Educação	Desenvolvimento	Cultura	Militância	Intermed	Outros
Irlanda	89,4	50,3	78,0	95,6	51,9	66,3	10,0	40,2
RU	39,0	40,0	63,0	61,0	12,0	61,0	4,0	24,0
Suécia	51,0	60,0	46,0	11,0	31,0	33,0	7,0	20,3
Finlândia	66,0	57,4	29,8	4,2,0	22,6	41,8	3,6	14,4
Holanda	96,1	66,2	91,1	7,0	26,7	4,2	0,0	22,8
Alemanha	93,8	65,5	75,4	57,0	20,4	57,6	10,4	75,6
Bélgica	76,3	65,8	77,0	47,4	41,0	84,0	1,4	44,3
França	80,2	58,3	72,3	37,1	29,6	44,9	3,0	35,1
Espanha	36,7	48,6	53,1	12,0	24,3	30,0	10,0	38,1
Itália	72,0	57,0	49,0	28,0	17,0	80,0	7,0	32,3
Portugal	82,0	26,0	66,0	40,0	16,0	12,0		

Lester M. Salamon, *et al*, *Global Civil Society – dimensions of the Nonprofit Sector*. Baltimore: The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, 1999.

Dados para Portugal: Franco, Raquel *et al*. — *O Sector Não-Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada*. Lisboa/Baltimore: Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University, 2005.

Voluntários em percentagem da população economicamente activa, na UE



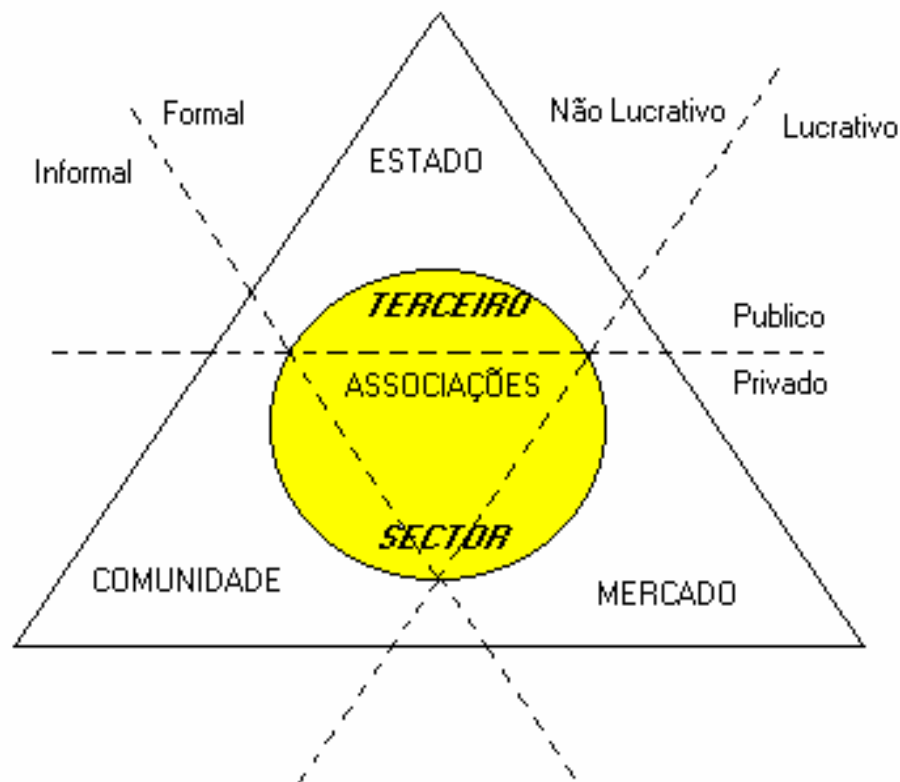
<i>Country</i>	<i>Volunteers / EAP % (1)</i>	<i>Volunteers / AP % (2)</i>	<i>Volunteers (,ooo)</i>
Belgium	2,3	32	99,1
France	3,7	23	1.021,7
Ireland	2,1	28	31,7
Italy	1,5	25	381,6
Portugal	n/a	15	67,3
Spain	1,5	15	253,6
Sweden	5,1	54	260,3
Austria	1,1	28	40,7
Denmark	n/a	33	n/a
Finland	2,8	37	74,8
Germany	2,3	21	978,1
Greece	n/a	31	n/a
Netherlands	5,1	31	390,1
United Kingdom	3,6	43	1.120,3
Czech Republic	0,7	30	40,9
Estonia	n/a	16	n/a
Hungary	0,2	14	9,9
Latvia	n/a	18	n/a
Lithuania	n/a	12	n/a
Poland	0,2	12	32,1
Slovakia	0,2	49	6,9

ÁVILA, Rafael Chaves; José Luis Monzón Campos — *La economía social en la Unión Europea*, Bruxelas/Comité Económico y Social Europeo, 2008.



- Uma abordagem teórica da hibridez do terceiro sector e da economia social

O triângulo do bem-estar



Victor Alexis Pestoff, *Beyond the market and state : social enterprise and civil democracy in a welfare society*. Aldershot, England ; Brookfield, USA: Ashgate Pub, 1998.

Ver tb.

Evers, Adalbert e Laville, Jean-Louis — “Defining the third sector in Europe”, in Adalbert Evers e Jean-Louis Laville, *The Third Sector in Europe*, Cheltenham: Edward Elgar, 2004, pp. 11-42.

Princípios económicos (Polanyi)



Princípio de distribuição de recursos	Relações sociais	Troca	Instituições	
Reciprocidade	Simetria	Dádiva	Grupos idênticos	não económicas
Redistribuição	Centralizadas	Distribuição a partir de um centro	Estado	
Economia doméstica	Fechamento		Família	
Troca	Anarquia	Troca mercantil	Mercados	económicas

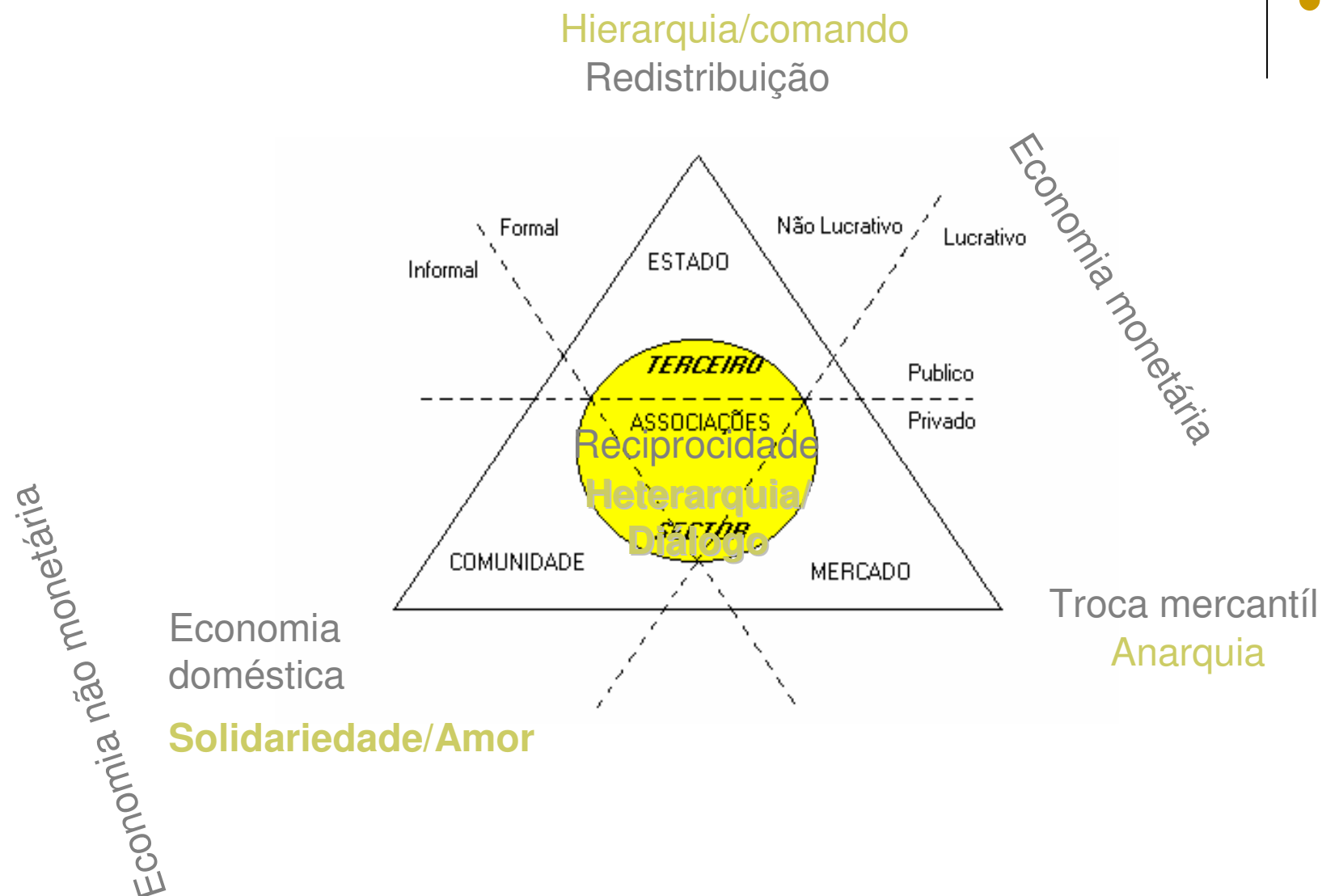
Evers, Adalbert e Laville, Jean-Louis — “Defining the third sector in Europe”, in Adalbert Evers e Jean-Louis Laville, *The Third Sector in Europe*, Cheltenham: Edward Elgar, 2004, pp. 11-42.

Formas de coordenação/governança das relações sociais



	Troca	Comando	Dialogo	Solidariedade
Racionalidade	Formal e procedimental	Substantiva e orientada para objectivos	Reflexiva e procedimental	Não reflexiva, orientada para os valores
Critério de sucesso	Alocação eficaz	Eficaz prossecução de objectivos	Consentimento negociado	Compromisso incondicional
Critério de fracasso	Insuficiência económica Irracionalidades no mercado	Ineficácia e burocracia	“Barulho”	Traição Co-dependencia Assimetria
Exemplo típico	Mercado	Estado	Rede	Amor

Produção de bem-estar + Princípio económico + modo de governação das relações sociais



Terceiro sector como mistura



Ver tb Enjolras, B. 1998. Crise de l'Etat-providence, lien social et associations: Eléments pour une socio-économie critique. Em *Une seule solution, l'association? socio-économie du fait associatif*, ed. J. L. Laville e A. Caillé, 223–236. Revue du MAUSS 11.

O terceiro sector e os três fracassos



	Estado	Mercado	Comunidade
Fracassos a que o terceiro sector responde	Incapacidade de responder a todas as expectativas da população Burocracia, rigidez, falta de inovação	Incapacidade de produzir bens públicos dados os critérios de lucro Falta de confiança Atomização	Incapaz de articular a solidariedade de uma comunidade nacional Desigualdade e dependência nas relações sociais e Incapacidade de responder a todas as necessidades Incapaz de individualizar e formalizar as relações
Elementos que recolhe	Produção de bens públicos ou de interesse geral	Liberdade, inovação, flexibilidade	Solidariedade, confiança
Articulações	Com base na ideia de bem-comum e com mecanismos informais para chegar a decisões garante que indivíduos e comunidades expressem as suas necessidades, sendo capaz de ultrapassar os limites da standardização e justificar responsabilidade da comunidade e a participação na definição do bem-comum.	Usa procedimentos típicos do mercado entre actores independentes ao mesmo tempo desenvolvendo mecanismos de confiança entre os membros e critérios substantivos em nome do interesse comum ou das necessidades de um grupo	Com base em relações expressivas e de obrigação mutual, enquanto desenvolve mecanismos de troca para permitir a possibilidade de expressão de necessidades individuais (pode incluir equivalências desiguais) ou definir a sua visão do bem-comum.

Ferreira, Sílvia (2009), "A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: uma abordagem histórico-conceitual", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 169-194.

O terceiro sector na intersecção entre Estado, mercado e comunidade



- Desafios da gestão:
 - O equilíbrio da sustentabilidade da missão e da sustentabilidade económica
 - As relações entre dirigentes, profissionais, utilizadores e voluntários
 - As relações entre a organização e a comunidade local e a sociedade em geral



- A ironia do terceiro sector e da economia social: o caso da qualidade nos serviços sociais

A participação social da ES: o caso dos serviços sociais



- Sobrerepresentação dos serviços para idosos e crianças, em especial no que se refere a lares, serviços de apoio domiciliário, creches, actividades de tempos livres e amas (85,2%).
 - Ou seja, trata-se de serviços de apoio à família, o que permite a permanência da mulher no mercado de trabalho e alivia a pressão sobre as famílias permitindo o modelo do duplo 'ganha-pão' e a manutenção de baixos salários e trabalho não qualificado.
- Peso residual de serviços que mais directamente dizem respeito à luta contra a pobreza, como serviços de apoio à comunidade ou a grupos vulneráveis como as pessoas com deficiência, doença mental, HIV/Sida ou toxicodependência.
 - Estas têm sido áreas pouco prioritárias no sistema público e de fraca mobilização da opinião pública. Em contexto de uma economia de baixos salários não há recursos para o desenvolvimento destas actividades fora do Estado.
- Distribuição territorial dos serviços sociais marcada por profundas desigualdades.
 - Ex. na área da infância a cobertura oscila de 7% a 125%, com uma média nacional de 22,3%. No apoio a idosos a cobertura oscila entre 5,6% e 63%, com uma média nacional de 11,1% (GEP/MTSS 2006).

A participação social da ES: o caso dos serviços sociais



- A maioria dos serviços sociais é fornecida por OTS (70,5), seguido de empresas lucrativas (28%) (Carta Social, 2008)
- No OSS para a acção social o montante das despesas em acordos de cooperação era de 76%. Os recursos das OTS provém sobretudo do mercado (66%), nomeadamente comparticipação dos utentes, enquanto os subsídios governamentais representam 36% e a filantropia 7% (Franco et al. 2005).
 - Estes arranjos permitem ao Estado manter a sua legitimidade enquanto EP, sem os inerentes custos económicos e políticos
- Os preços cobrados pelas IPSS são mais baixos do que os das empresas no que se refere aos escalões mínimos (Carta Social, 1998).
 - As pessoas com baixos recursos podem apenas aceder aos serviços das IPSS
 - As IPSS operam uma redistribuição interna entre os clientes dos escalões elevados e os dos escalões mais baixos, sendo pressionadas para seleccionar clientes de mais altos rendimentos e concorrendo directamente com as empresas por estes



A ironia da qualidade

- Elementos obrigatórios (condição para entrada em acordos de cooperação)
 - Normas de qualidade da prestação de serviços, saúde e segurança
 - Novos elementos para regular a relação entre a organização e o utilizador (Planos Individuais de Desenvolvimento)
 - Satisfação dos clientes e possibilidades de negociação do conteúdo e preço dos serviços
 - Boas práticas de gestão como a existência de um documento afirmando a missão, a visão, os valores e a política de qualidade, legislação laboral, canais de comunicação organizacionais e reuniões de trabalho. Objectivos estratégicos e planos de acção
- Elementos voluntários (marca de qualidade)
 - Eficiência nos processos
 - Participação dos utilizadores
 - Envolvimento e participação das famílias
 - Conciliação entre as expectativas e necessidades dos clientes, trabalhadores, parceiros, fornecedores, a comunidade e a sociedade
 - Participação de todos os actores chave na gestão da organização, prestação de contas, motivação dos trabalhadores, responsabilidade social e parcerias
 - Co-produção de serviços, voluntariado, actividades de desenvolvimento pessoal, envolvimento dos clientes na avaliação global dos serviços, processos de melhoria
 - Satisfação dos utilizadores e trabalhadores, participação destes na avaliação e melhoria dos processos, participação da comunidade nas actividades do serviço, avaliação do impacto do serviço na comunidade, preocupações ambientais e benchmarking

Ferreira, Sílvia (2010), Researching civiness contexts and conditions: the case of the Portuguese welfare mix in social services, in Adalbert Evers, Taco Brandsen e Paul Dekker (org.), *Civiness in the governance and provision of social services*, Baden Baden: Nomos, 227-248.



Conclusão

- As múltiplas agendas para a economia social
- A importância de dar conta da especificidade e da diversidade do terceiro sector/economia social
- O momento actual de oportunidades de reconhecimento da economia social
- Os desafios actuais igualmente consideráveis à economia social e à manutenção da sua diversidade e especificidade
- A necessidade de uma compreensão partilhada do significado da economia social na sua diversidade e um maior protagonismo político das OES enquanto movimento social